

SESSÕES DO PLENÁRIO

6ª Sessão especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de março de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADA FÁTIMA NUNES (AD HOC)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, proposta de nossa autoria.

Vamos fazer a composição da Mesa. Logo após a composição da Mesa, nós iremos ouvir o cântico.

Convido a Sr.^a Ângela Guimarães, secretária da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, que neste ato representa o governador do estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues; a Sr.^a Fabya dos Reis Santos, secretária da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia; o Sr. Nelson Gaspar, chefe de gabinete que nesse ato representa o Sr. Marcelo Werner, secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia; a Sr.^a Letícia de Almeida Peçanha, defensora e coordenadora do Núcleo de Equidade Racial, que neste ato representa a Sr.^a Firmiane Venâncio, defensora pública-geral do estado; e o Sr. Marcos Antônio Lemos, coronel e diretor do Departamento de Promoção Social da Polícia Militar, que neste ato representa o Sr. Coutinho, coronel e comandante-geral da Polícia Militar que está aniversariando e daqui a gente já manda os parabéns. (Palmas)

Convido também o Sr. Lázaro Muniz, pároco da Igreja Nossa Senhora do Rosário; a Sr.^a Maria Lucia Santana Neves, mameto do Terreiro São Jorge Filho da Gomeia, de Lauro de Freitas e presidente do Bloco Afro Bankoma; a mãe Mônica Barbosa, sacerdotisa do Centro de Umbanda de Irmão Carlos; e a mãe Ângela Ferreira, iyakekerê do Terreiro do Gantois. (Palmas)

Desculpem-me pela falha na pronúncia dos nomes.

Convido mãe Diana de Oxum, presidente da Associação de Terreiros da Bahia Egbé Axé; a Sr.^a Sueli de Oxum, ialorixá do Terreiro Ilê Axé Iyá Omi Omo Milá e membro do Grupo Baobá; o Sr. Ricardo Tavares, presidente da Câmara de Patrimônio do estado e tata do Terreiro de Lembá; o Sr. Elias Conceição, coordenador do Conselho Inter-religioso da Bahia e membro do Terreiro Pilão de Prata e Terreiro Olufanjá; o Sr. Vilson Caetano, babalorixá do Terreiro Ilê Obá L'Okê e professor de antropologia da Ufba; o Sr. Marcelo Santos, ogã e supervisor nacional da Federação Nacional do Culto Afro-brasileiro. (Palmas)

Convido todas as pessoas que estão no Plenário para se assentarem nas cadeiras da frente, porque aqui nós fazemos uma Mesa estendida e porque todos e

todas que estão conosco, hoje, são bastante importantes na celebração desse dia que não caiu pronto do céu nem das nuvens, mas foi resultado de muita mobilização, de muita conscientização e também das escolhas que fazemos para as pessoas que estão no poder.

Foi exatamente com a volta do presidente Lula que, no dia 5 de janeiro de 2023, foi sancionada a Lei nº 14.519/2023, a qual instituiu o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, a ser comemorado nesse dia de hoje, 21 de março.

Então, eu agradeço a todos e a todas que estão presentes conosco e também ao companheiro Ailton, que trouxe em primeira mão, no início do ano, para que a gente não deixasse de passar esse dia sem essa homenagem e sem essa lembrança.

A sessão especial é uma sessão de homenagem, mas também uma sessão de apontar, de reafirmar e de indicar os compromissos que queremos fortalecer cada vez mais para que as nossas raízes, formadas pelo povo africano, tenham cada vez mais o direito de viver com dignidade, com respeito ao seu jeito de ser, de querer, de cultivar aquilo que é o Superior e que a gente aprendeu dos nossos ancestrais.

Quero registrar a presença do nosso colega, o ex-deputado Bira Corôa, que está aqui conosco e todos os outros que estão aqui ou que estão acompanhando pela internet e pela *TV Assembleia*, que se sintam gratificados pela minha gratidão por vocês estarem conosco.

Na verdade, na sessão especial, a autora geralmente fala bastante, vai à tribuna, mas eu acredito que hoje as autoridades possam usar a tribuna e fazer falas importantes e preciosas, resgatando o valor das nossas raízes. São todas as pessoas que estão aqui na Mesa, que representam os movimentos, os terreiros, todas as entidades e também se alguma outra pessoa quiser falar alguma palavra.

Hoje, a minha palavra é de coordenação, de passar a palavra para as demais companheiras e para os demais companheiros que estão nessa Mesa potente com tantas pessoas que nos representam muito bem.

Feita a composição da Mesa, assistiremos à apresentação de Lúcia Mameto, acompanhada da Banda Afro Bankoma, interpretando *Canto para Exu*.

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada. Muito bom a gente lembrar isso nesta Casa, cumprindo o dever de realizar esta sessão especial.

Essa iniciativa, como eu já disse antes, foi de vários movimentos, mas o Ailton trouxe como uma reivindicação. Por isso mesmo a gente já o convida para fazer o uso da palavra.

Antes de lhe conceder a palavra, eu convido também a Sr.^a Luciana Mandeli, diretora-geral do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, essa companheira de guerra de tanto tempo e luta. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Agora, concedo a palavra ao sociólogo Ailton Ferreira.

O Sr. AILTON FERREIRA: Boa tarde! Boa tarde a todas e todos! Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da deputada Fátima Nunes e, em nome dela,

cumprimentar todas as pessoas, já que são mais de 16 ou 17 pessoas e eu fui advertido de que eu tenho 3 minutos. Então, quero agradecer e registrar a importância desta sessão especial, deputada. Que ela se repita a cada ano, no dia 21 de março, para que a gente possa celebrar, lembrar, comemorar as contribuições do nosso povo negro para o fazimento do Brasil, para o que é o Brasil. Tirando a cultura e a contribuição negra, fica difícil ver o Brasil do jeito que ele é, principalmente quando se fala das religiões de matrizes africanas, que são para nós, independente do sacerdócio, independente do culto aos orixás, inquices, voduns, caboclos, definidores da nossa vida.

Na Ecologia, se fala muito que a terra está quente e que é um calor insuportável, mas o que nós temos ainda de área verde são as áreas preservadas pelos terreiros de candomblé, principalmente nas grandes cidades.

A gente fala de respeito à mulher e onde se tem exemplos de respeito à mulher é nos terreiros, inclusive na ascensão e nos cargos de direção de poder. Os exemplos estão nos terreiros.

Quando se fala de comida de verdade e em alimentação saudável, a gente tem que lembrar da oferta generosa dos terreiros de candomblé.

Quando se fala de criança e de adolescente, a gente aprende com os ibejis e com os erês a respeitar as crianças e a infância, muito antes de qualquer Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quando se fala de idosos, a gente, muito antes do Estatuto da Pessoa Idosa, aprendeu nos terreiros a respeitar as pessoas mais velhas como enciclopédias, como referências importantíssimas para as nossas vidas.

Quando se fala da pauta LGBTQIAPN+ – uma pauta importante –, a gente lembra que nos terreiros, secretária Fabya Reis, se aprende a tomar a bênção e a respeitar as pessoas, independente da orientação sexual. A gente toma a bênção a mulheres trans, a homens trans, a gays dentro dos terreiros de candomblé.

Quando se quer lutar contra a arrogância e a prepotência ocidental, que quer considerar a terra como mero objeto de exploração, a gente aprende nos terreiros com os mais antigos e com as mais antigas que a terra é nossa mãe se a gente fizer de tudo para ser digno dela. A gente não pode sujar a Terra, não pode desmatar a Terra, não pode machucar os animais, porque o terreiro nos ensina a holística de que tudo está ligado a tudo e a dor de qualquer pessoa é a nossa dor, a dor em qualquer animal é a nossa dor, a árvore que sangra com a motosserra no Amazonas é a mesma que também exprime a nossa dor.

Então, os terreiros, para além do espaço religioso, são espaços de educação e de civilização. Se a gente for ficar falando das contribuições na alimentação, nos costumes, no ritmo, no jeito, na fala, não dá para separar o Brasil da África. Somente os racistas muito perversamente, insistentemente e tristemente insistem em tirar a África de nós e a gente afirma a África em nós.

Quando o presidente Lula cria essa data, ele diz para a sociedade brasileira e para o mundo que a cultura, a diversidade e as contribuições que durante muito tempo foram negadas, inclusive nos livros de História... O Brasil está encontrando,

respeitando, reafirmando e se reconstituindo com essas orientações, com esses valores e com essas crenças. Então, somos África, somos também europeus, somos também indígenas, somos o país que tem o maior potencial de mobilidade social do planeta.

Eu não tenho dúvida de que a saída está na cultura africana e na cultura indígena, e de que o Brasil pode ser esse grande exemplo de rearrumação, de conserto do mundo na atual quadra. Não nos serve mais a exploração e os ensinamentos ocidentais, a bula do ocidente, o remédio do ocidente está com data vencida, de novo é a nossa vez de reconstruir a vida.

Obrigado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, Ailton Ferreira. Excelente contribuição.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Registro a presença do deputado Robinson Almeida; registro também a presença do major Silvio Rosário, comandante da Ronda Omnira, na defesa da liberdade religiosa.

Concedo a palavra à mãe Ângela Ferreira, yakekerê do Terreiro do Gantois. Eu estou estudando, viu? Saibam que aluno é assim mesmo, vai devagarinho, mas aprende.

A Sr.^a ÂNGELA FERREIRA: Boa tarde.

(Lê) “Peço licença à minha ancestralidade. Agô, mojubá! Peço licença aos orixás. Agô, mojubá! Peço licença e bênção à liderança religiosa do Gantois, a qual aqui represento, mãe Carmen de Oxaguian. Agô, mojubá! Peço licença e bênção aos meus mais velhos e todas as representações de axé aqui presentes. Agô, mojubá!

Saúdo toda Mesa aqui composta. Saúdo em especial a deputada estadual Fátima Nunes, proponente da sessão especial alusiva ao Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. Agradeço pelo convite para integrar o evento e parabenizo-a pela iniciativa.

Na oportunidade, cito as Ex.mas Sr.^{as} Ministras Margareth Menezes, da Cultura, e Aniele Franco, da Igualdade Racial, que assinam o decreto juntamente com o Ex.mo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República.

As questões sobre identidade sempre foram uma constante temática nos debates que trazem a necessidade da conscientização das origens e das formações sociais que se estabeleceram no Brasil, principalmente em função do projeto político-administrativo no processo de colonização, implantando o regime da escravidão que se tornou parâmetro para a constituição de uma sociedade segregacionista. A escravidão é o maior crime cometido na história da humanidade.

Nesse sentido, as comunidades negras inseridas na formação do Estado brasileiro sempre foram alvo de fortes ataques, assistindo, durante séculos, ao gradual aumento de atitude discriminatórias e violadoras de direitos, que legaram o desastroso fenômeno do racismo religioso, fato que atinge massivamente aos núcleos religiosos dos terreiros.

É injustificável o cerceamento às liberdades religiosas, ‘conquistadas’, inclusive, constitucionalmente, e nem viver em pleno século XXI com impedimentos ao exercício do direito à cidadania. No momento de restituição do Estado democrático em 2023, a sanção da Lei 14.519, instituindo o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, que tem antecedente no trágico massacre na África do Sul, que a ONU define a data como Dia Internacional contra a Discriminação Racial, representa, sim, também, mais um marco legal e regulatório, mais um ato reparatório das estruturas legislativas e executivas que acreditam em políticas públicas como instrumento de luta para a promoção da igualdade racial.

Ressalto aqui a PLC 69, de 2018, do deputado federal Vicentinho, do PT de São Paulo, e o parabenizo pelo projeto que originou a lei tramitada e aprovada pela Câmara dos Deputados. Entretanto, as palavras da ilustre relatora, deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal, chamam à atenção e nos levam à necessidade de mais reflexões acerca do tema. Disse a deputada: ‘Resgatar a nossa ancestralidade, resgatar o que representa a resistência e, ao mesmo tempo, a persistência e a resiliência dos povos’. Isso é o 21 de março, permanecer precavidos. A data constitui-se numa ação afirmativa, sim, voltada para a proteção e a preservação da cultura negra no Brasil, sim.

Contudo, até quando, dia a dia, precisaremos lembrar aos cidadãos que nos inviabilizam que as leis existem e que temos direitos e temos o direito de gozar desses direitos sociais? Ratificar a luta pela garantia da equidade, do direito à liberdade religiosa e resgate da dignidade ao povo de terreiro é seguir resistente, mobilizado e vigilante, cotidianamente, no enfrentamento aos abusos à memória ancestral.

Destaco a questão de gênero, em que as mulheres já ocupam espaços políticos de poder, como este Plenário, e que protagonizam eventos dessa envergadura.

Reitero as matriarcas, enquanto lideranças, que tiveram um papel vital na condução das estratégias de comunicação nas insurgências, assim como da proteção do seu povo. Ainda hoje essas senhoras permanecem detentoras desse poder.

E é disso que precisamos a todo momento, é de uma política de condução educacional em todas as esferas da sociedade; é de reafirmar o pluralismo e a legalidade para garantir a dignidade da pessoa humana, habitante e integrante das comunidades de terreiro.”

Obrigada. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, mãe Ângela. Muito boa a sua contribuição.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Registro a presença da deputada Olívia Santana, que já se encontra aqui conosco. E concedo a palavra à ialorixá Sueli de Oxum, do Grupo Baobá. (Palmas)

A Sr.^a IALORIXÁ SUELI DE OXUM: Boa tarde a todos e todas. É uma honra estar aqui. Início a minha fala pedindo a bênção à ancestralidade minha e de todos aqui presentes que nos permitiram chegar até aqui. Sem eles isto não seria possível.

Tomo a bênção à minha yakekerê, por ser neta do Gantois: a sua bênção, mãe Ângela. Uma honra falar depois da senhora, meu agô mojubá. Eu sou Sueli de Oxum, tenho 36 anos de iniciada, sou filha de Iyá Edelzuíta de Oxaguian, a ialorixá que é o terceiro barco do Terreiro do Gantois. Então, eu estou diante da minha ancestralidade, por isso, emocionada.

Eu integro também o Grupo Baobá, que é um grupo multirreligioso que não tem constituição formal, mas que luta pela preservação do encanto do candomblé. Este grupo é composto por Mestre Duarte, abajigan do Terreiro do Bogum; ekedi Sinha, ekedi da Casa Branca; ogã Roberto, do Terreiro do Afonjá; o alabá Genaldo, do Terreiro do Axipá; eu, Sueli de Oxum. E já pertenceram ao nosso grupo a saudosa makota Valdina e o nosso querido tata Anselmo.

Este grupo foi fundado em 2009 e eu passei a integrá-lo em 2016, e ele tem por objetivo visitar os terreiros, falando daquela magia que nós recebemos com muito suor e sangue dos nossos ancestrais e buscando que essa preservação seja exercida, mantida e executada dentro dos nossos terreiros.

Nesse afã, nós escrevemos, construímos uma cartilha chamada "Encantos da Preservação", pelo Grupo Baobá Bahia, que a minha secretária Ângela Guimarães... já estamos em negociações para conseguirmos imprimir uma maior quantidade para a distribuição gratuita a todos esses terreiros.

E dizer da importância não somente da preservação, mas da importância de hoje, nesta Casa Legislativa, nós homens e mulheres de matriz africana termos o espaço de falarmos da nossa religião, do quanto nos é caro e importante ter vivido e viver este momento.

E agradecer à nossa deputada pela iniciativa brilhante de chamar este momento em nome de todos nós.

Obrigada. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, ialorixá Sueli. Muito bom.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Eu vou passar a palavra para nossa querida secretária de Desenvolvimento Social, porque as secretárias, vocês sabem que é muita correria, mas eu vou segurar a nossa secretária Ângela aqui até o final. Mas vou permitir que ela dê uma palavrinha, porque depois ela precisa conduzir outros trabalhos.

Só 1 minuto para que eu possa anunciar a presença aqui do Colégio Estadual Deputado Luis Eduardo Magalhães, do bairro Arenoso.

Muito bem-vindos. (Palmas)

A Sr.^a FABYA REIS: Então, boa tarde a todas as pessoas.

Eu quero pedir, aqui, também a licença para me dirigir, neste dia especial, perante tantas autoridades religiosas. Neste dia em que a gente celebra o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, precisamos fazer, com alto e bom som, a deferência a todos os religiosos aqui presentes do candomblé, dos povos de terreiro.

Portanto, a bênção aos meus mais velhos e aos meus mais novos por estarem aqui, marcando um rito simbólico. Sem dúvida, deputada Fátima Nunes, eu quero lhe parabenizar, porque nós temos 1 ano da edição, porque com a retomada da democracia, o nosso Brasil, o nosso presidente nos oferece a possibilidade de uma grande convocação da nação para o reconhecimento do nosso povo brasileiro e que bebe nas nossas referências em mãe África, sim, para falar do que foi um dos processos mais violentos vivenciados pela nossa história, mas para falar também quando esse povo, sim, resistiu e nós construímos, hoje, o nosso Brasil e o nosso jeito de ser povo brasileiro.

Então, neste dia especial em que a gente faz aqui com essa Mesa diletta, a quem eu peço aqui, e saúdo a todos e todas indistintamente, para saudar a minha secretária Ângela Guimarães, que nos lidera. Hoje, represento aqui o nosso governador, que assumiu um compromisso em que nós ampliamos... As palavras têm um sentido muito importante, na nossa Secretaria da Igualdade e dos Povos Tradicionais a lei das tradições de matriz africana e das nações do candomblé brasileiro é para que a gente possa fazer uma disputa e, cada vez mais, espriar no imaginário popular que nós precisamos continuar cada vez mais firmes no enfrentamento ao racismo, no enfrentamento à intolerância religiosa e a todas as formas de opressão. Portanto, é uma lei que vem para que a gente, em conjunto, persista numa caminhada que vem de longe, que é ancestral.

Então, me coloco, mais uma vez, à disposição dos meus irmãos e das minhas irmãs, pedindo a bênção ao meu orixá da terra, a Kavungo, que orienta o nosso Ori para a sabedoria.

E a gente, sim, vai se manter firme, porque a todas as ofensivas que nós estamos vivenciando, de mensagens de ódio, de mensagens de violência, nós estamos aqui também para dizer que é crime. Nós temos uma secretaria, nós temos o Centro de Referência Nelson Mandela e a secretaria para falar das providências, porque muitos de nós estivemos, com a determinação do nosso governador Jerônimo, em audiência, porque nós teremos aqui uma postura de enfrentamentos aos intolerantes para dizer que é crime.

Estamos com as irmãs, minha secretária Ângela, trabalhando para a segurança alimentar, que é onde a gente bebe do berço das religiões, mas também de todas as nossas tradições de matriz africana. Lá é que, hoje, toco a política de segurança alimentar e nutricional, mas também a política de cuidado. E quero, aqui, fazer referência, tata Ricardo, que já está em curso, assim como nós tivemos a possibilidade de vários outros projetos de cuidado com a nossa população, da afetividade, de fazer a nossa resistência.

E nós resistiremos com o apoio do nosso governador, com a nossa determinação. Não serão as ameaças que nos barrarão, porque os nossos ancestrais

já nos ensinaram a resistir, e de cabeça erguida. Nós utilizaremos essa data para, cada vez mais, ao lado da Lei nº 10.639 e da nº 11.640, dizer que nós somos um povo de fé, um povo de respeito e que nós teremos o compromisso do nosso presidente Lula e do nosso governador Jerônimo para seguir em frente.

Então, salve o Dia Nacional das Tradições de Matrizes Africanas e das Nações de Candomblé.

Muito obrigada.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, cara secretária.

A Sr.^a FABYA REIS: Deixe-me pedir licença, porque eu preciso me justificar. Agora eu tenho um outro compromisso que eu já tinha programado e as pessoas estão aguardando. Para mim, é um pesar, mas preciso cumprir isso. Então, peço, mais uma vez, licença, agô, para me retirar, aqui, neste momento, desejando para a gente muito afeto, muito axé. E aproveito, então, para dizer que a gente precisa celebrar a saúde, vida longa e os parabéns à nossa secretária Ângela Guimarães neste dia também muito especial. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Você também? Mais uma aniversariante, que bom, maravilha!

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Concedo agora a palavra à mãe Mônica Barbosa, do Centro de Umbanda Irmão Carlos.

A Sr.^a MÔNICA BARBOSA: Boa tarde a todas, todos e “todes” que estão aqui presentes. Minha bênção aos mais velhos, a todas as pessoas que estão aqui. Eu saúdo a minha ancestralidade, que, como já foi dito, são todos e todas que vieram antes de nós e nos permitiram estar aqui, neste momento, reafirmando a nossa fé, a nossa luta e a nossa força diante dos nossos e das nossas.

Eu me sinto muito honrada por estar aqui, hoje, representando uma religião tipicamente brasileira, como é a umbanda; me sinto honrada por ela estar fazendo parte deste dia tão importante para a história do nosso país; me sinto muito feliz também por todos que estão aqui, mas principalmente por essa juventude que está aí, da escola pública, porque eu venho da educação pública, sou professora da rede estadual, agora aposentada.

Dediquei a minha vida inteira à educação pública e fico muito feliz de ver que jovens da educação pública estão participando de momentos tão importantes e históricos como este. Que no futuro vocês possam dizer: “Sim, eu estava lá na comemoração desse 21 de março”. Fazendo uma alusão ao que houve em 1960, que vocês jovens possam dizer: “Nós, povos negros, sejamos pretos ou pardos, podemos, sim, estar onde quisermos estar”. E que a educação leve vocês longe, onde vocês devem estar.

Estou aqui também representando, por meio da minha religião, o Conselho Municipal das Comunidades Negras, com a cadeira da umbanda, e a Associação de Terreiros da Bahia Egbé Axé, que, desde o ano passado, nos acolhe, nós, umbandistas.

A umbanda é uma religião tipicamente brasileira. O centro no qual eu sou sacerdotisa fica localizado no Subúrbio de Salvador. Então, é com muita felicidade que eu estou aqui representando a umbanda e os povos religiosos de matriz africana do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Que todos nós possamos ter voz, vez, ações e práticas na construção desse momento tão importante da nossa história, que é essa luta por uma educação antirracista e decolonial.

Eu agradeço imensamente pela oportunidade de estarmos organizados que a Egbé Axé tem dado a nós, umbandistas,...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) porque eu acredito que as lutas particulares são importantes, mas historicamente está comprovado que a luta ganha força quando é feita de forma coletiva. Quando o coletivo ganha as ruas, ganha os plenários, ganha as sessões, a voz se torna mais forte. Juntos nós podemos chegar muito longe. É claro que toda ação individual é válida, mas no coletivo a história tem mostrado a importância desses movimentos.

Então, eu, como uma umbandista... Muitas vezes somos preteridos, mas estamos aqui, hoje, nesse movimento coletivo. Fazemos parte dessa história, fazemos parte da história da Constituição deste país e estamos aqui para lutar e nos somar a todos os nossos irmãos e irmãs do candomblé neste momento de luta, de comemorações e de reflexões importantes.

Então, meus parabéns à Sr.^a Deputada por essa iniciativa tão importante. Estamos aqui porque, como diz a música, vamos aprender a ler para ensinar aos nossos camaradas, aos nossos e às nossas, a lutar e a estar onde eles podem estar, querem estar e devem estar.

Muito obrigada por essa oportunidade de estar aqui nos defendendo, nós, umbandistas, sendo voz e fala de todos os umbandistas da cidade de Salvador. Muito obrigada. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Nós, da Casa, é que agradecemos, porque esta Casa é do povo, então, é importante ter aqui as representações, as vozes de todas as religiões, de todas as etnias e de todo o povo baiano.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Quero registrar a presença do tenente-coronel Ramos; de Rita Lobo, do Instituto Reparação; do professor Adroaldo Quintela; do grupo Mesa de Ogãs; da Sr.^a Djenane Santos, coordenadora de Execução de Programas, Projetos e Ações da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, representando, aqui, a secretária Adélia Pinheiro; registrar a presença do pai Yoyô, babalorixá do Terreiro Dandamutalê; do presidente do Conselho Municipal das Comunidades Negras de Salvador (CMCN), Evilasio Bouças; de Nete Damasceno, representando a Setre, Agenda Bahia do Trabalho Decente.

Registrar a presença de Marcos Anunciação, do Conselho Popular das Comunidades de Terreiros na Bacia do Rio Joanes; e a transmissão ao vivo do canal

Comunicação Comunitária da Bahia, que está levando a nossa sessão para o Extremo Sul e Região Metropolitana de Salvador.

Registrar a presença do Sr. Christovao Nunes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cícero Dantas, que, para a minha honra, é o meu irmão; do Sr. Silas Félix, coordenador estadual do Movimento Negro Unificado; e de Alex e Camargo, cantores e compositores presentes conosco.

Obrigado.

Agora nós vamos ouvir a palavra do babalorixá Vilson Caetano, do Terreiro Ilê Obá L'Okê, e professor de Antropologia da Ufba.

O Sr. VILSON CAETANO: Quero saudar todos e todas, quero tomar também a bênção das pessoas que estão na Mesa. Aqui nós somos representantes de várias nações de candomblé, mas também de um terreiro de umbanda, e eu falo “aqui” porque eu fui designado por uma comunidade de nação Ijexá para estar aqui falando um pouco sobre a contribuição dos candomblés dessa nação.

Aqui chego por conta de um trabalho que eu fiz nessa comunidade e que deu origem ao livro chamado *Ijexá, o Povo das Águas*. Essa comunidade foi o primeiro terreiro de candomblé de nação Ijexá tombado na cidade de Salvador.

Então, iniciando já esta minha breve fala, eu quero trazer ao momento presente nomes de lideranças ijexás, homens e mulheres como: (Lê) “Majé Bassan, seu Eduardo Ijexá, Júlia Bugar, Catita Ijexá, o pai Severiano de Logunedé, Procópio de Ogum e a mãe Oxafalaqué...” Então, é em nome dessas pessoas que eu invoco nesta Casa, neste dia que, para nós, está sendo tão presente...

(Lê) “Deputada e demais membros da Mesa, eu, no dia 1º de junho de 1948, encontrei, em um livro de notificação da Delegacia de Jogos e Costumes, uma denúncia contra uma senhora chamada Francisca Maria Costa e um homem chamado Manoel Patrocínio Conceição...”

A denúncia chegou na 1ª Delegacia, que até hoje ainda está ali embaixo, dizendo que havia um terreiro localizado na Fazenda Garcia, em um local chamado Língua de Vaca, que estava batendo o candomblé sem licença. O delegado da 1ª Delegacia, então, registrou isso lá no livro e disse que foi pessoalmente, apreendeu dois atabaques e repreendeu as pessoas que estavam fazendo candomblé.

Após 6 anos, eu reencontrei o Manoel Patrocínio Conceição no processo cível que ele moveu contra um vizinho pedindo reintegração de posse. No processo, ele dizia que o vizinho havia desrespeitado os limites do seu terreno,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que era feito através de uma cerca de nativo. Para isso, com o intuito de comprovar que o terreno era dele, ele anexou vários recibos. Dentre esses recibos, havia alguns que foram pagos pela sua mãe, a mãe dele se chamava Maria Emília da Conceição, do ano de 35 a 44.

Analisando esses recibos, eu encontrei um recibo que estava em nome de Júlia Maria da Pureza. Naquele momento, nós conseguimos nos reencontrar com a sacerdotisa a quem, na memória da tradição Ijexá, só nos reportávamos com o nome Júlia Bugar.

Júlia Bugan subiu várias vezes a ladeira do Terreiro do Gantois tocando os seus atabaques pequenos para fazer festa para Oxum. Júlia Bugan foi a mulher responsável pela organização do presente de Iemanjá, no Rio Vermelho. Então, tudo começava no Dique do Tororó porque era o dique que banhava toda aquela região.

Para finalizar, por que eu estou falando tudo isso? Eu estou falando essas coisas para dizer o seguinte: o Manoel Patrocínio Conceição, ele venceu o processo contra o vizinho, mas a cerca de nativo não resistiu à desapropriação que aconteceu naquela área, em meados de 1970, para instalação do Departamento de Polícia Técnica.

Com a instalação do Departamento de Polícia Técnica e os seus institutos naquela região, funcionou, durante vários e vários anos, aquele museu que abrigava coleções de coisas apreendidas e várias outras anomalias associadas a nós.

Qual é, então, o meu pleito hoje para esta Casa? (Lê) “A solicitação que eu trago aqui é que alguns dos nossos parlamentares possam redigir um projeto de lei que reconheça aquele espaço como território afro-brasileiro. Que ele seja inscrito no livro de lugares e que, em breve, possamos inaugurar um busto dedicado à Júlia Maria da Pureza, a nossa Júlia Bugan, em frente ao pé de iroco que já ficou conhecido como o ‘iroco do DPT’. Isso para que as pessoas que adentrarem naquele espaço possam ter um mínimo de contato com essa história e possamos fazer, definitivamente, uma reparação com essa comunidade Ijexá”.

Muito obrigado. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, Vilson Caetano. A sua reivindicação será atendida. Eu pedirei aos nossos colaboradores que anotaram, às taquígrafas que estão anotando, fica registrado também na TV, e a gente vai iniciar. Vou contar com o apoio do deputado Bira Corôa, da deputada Olívia, que passou por aqui hoje, do deputado Robinson, e juntos nós vamos preparar essa peça legislativa.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Passo a palavra agora ao ogã Marcelo Santos, supervisor nacional da Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro (Fenacab).

O Sr. MARCELO SANTOS: Boa tarde a todos, a todas e a “todes”, inicialmente eu gostaria de pedir agô, banda gira, aos nossos ancestrais, à nossa ancestralidade, àqueles e àquelas que pavimentaram as estradas, os caminhos para que hoje pudéssemos, em mais um momento tão importante para as religiões de matriz africana, dialogar e externar a importância e a relevância do continente africano para todos nós.

Saudar a Mesa na pessoa da deputada proponente, Fátima Nunes, ao passo que também uso a palavra para parabenizá-la, deputada, pela iniciativa. A senhora tem demonstrado, não a partir deste momento, mas ao longo de seus mandatos também, esse compromisso, essa trajetória de reparação, de promoção da igualdade e de valorização, preservação e defesa das religiões de matriz africana. E não

poderia deixar de destacar esse pertencimento seu. Também citar o nosso querido deputado Bira Corôa, que tem a sua trajetória marcada, na própria Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, pelas grandes contribuições que deu nesta Casa e, com certeza, ainda dará em favor do povo de santo.

Em nome de V. Ex.^a, deputada, saudar toda a Mesa, saudar o povo de santo, pedindo a bênção aos mais velhos, aos mais novos, aos iguais, nas pessoas de Mameto Kamurici e tata Ricardo. Agradecer e parabenizar ao ogã Ailton Ferreira pelo apoio, pelo convite. Nos colocamos, enquanto Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro, reafirmando a nossa disponibilidade e a nossa participação em todos os temas que estejam voltados à defesa e à valorização do povo de santo.

Na data de hoje, celebramos o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, lei sancionada pelo presidente Lula. E a gente não pode, nos espaços de fala, nos espaços de poder, deixar de destacar a importância e os avanços que temos tido com a democracia do país assegurada.

Vemos e estamos constatando, no dia a dia, os avanços, o restabelecimento do Estado democrático de direito, Estado...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que esteve ameaçado, mas tenho certeza de que dias melhores virão e outras conquistas irão surgir em um governo, tanto em nível federal quanto em nível de estado, que promove, verdadeiramente, igualdade.

Então, em nome da Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro (Fenacab), uma instituição de 77 anos de existência, uma instituição que consta no art. 275 da Constituição do Estado da Bahia, com a prerrogativa de reconhecimento dos espaços pertencentes às religiões de matriz africana, eu gostaria de parabenizar V. Ex.^a, mas também todos, todas e “todes” que, no dia de hoje, de forma unida, participam desta sessão de engrandecimento do culto afro-brasileiro, das tradições de matriz africana e das nações do candomblé.

(Procede-se à saudação religiosa.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, ogã Marcelo.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Quero registrar a presença de Paulette Furacão, do Coletivo Laleska D’Capri; do advogado Leandro Silva; de Wellington Pacífico; de Bárbara Alves, do Fórum Baiano LGBT; e Tiago Banha, ator e comediante. Obrigada.

Convido para fazer uso da palavra o ogã Elias Conceição, coordenador do Conselho Inter-religioso da Bahia e membro do Terreiro Pilão de Prata e do Terreiro Olufanjá. (Palmas)

O Sr. ELIAS CONCEIÇÃO: Boa tarde a todos. Nome já dado, Elias Conceição, Terreiro Pilão de Prata e Terreiro Olufanjá, membro coordenador do Conselho Inter-religioso da Bahia.

Aqui saudando a ancestralidade, pedindo agô a todos, licença, saúdo a Mesa na pessoa da deputada Fátima Nunes, saudando-a e parabenizando-a pela proposição,

assim como o meu irmão Ailton Ferreira, que ali está, que, juntamente com a deputada, propôs e edificou este dia para que nós pudéssemos aqui, mais uma vez, celebrar essa data, que é magna para nós, diante de todas as lutas. Nós somos resultado, na verdade, daquilo que os ancestrais fizeram e nós seremos amanhã os ancestrais que deram continuidade e que serão lembrados a partir de nossas lutas.

Saúdo toda a plateia na pessoa do major PM Silvio Rosário, que está à frente da Ronda Omnira, que é uma das conquistas nossas também. É bastante significativa porque está aí especificamente para combater os crimes de intolerância religiosa. Então é a Polícia Militar evidentemente trabalhando de uma forma como nunca vimos antes. Isso também é resultado de nossas lutas, de nossas buscas.

Então quero dizer que o dia é, sim, de celebração e de ratificação, de consciência e de tomada de postura mais edificante, porque nós não podemos deixar que nenhuma dessas datas que são implantadas com tanto custo, a partir de tanta luta, se perca ao longo da história.

Nós precisamos ratificá-la e, a cada momento e a cada espaço, nós precisamos ser multiplicadores, disseminadores das ideias contidas em cada uma dessas leis, para que nós não tenhamos de falar como falamos hoje, às vezes, da Lei nº 10.639/2003, que já fez 20 anos e que não temos a prática nos espaços educacionais em sua plenitude. Temos o art. 5º da Constituição, que já nos garante liberdade religiosa, entre outros elementos que são dignos a todo e qualquer cidadão brasileiro.

Então precisamos, sim, fazer uso dessas conquistas, mantendo-as ativas. Cada um de nós aqui, membros da Mesa, membros da plateia, telespectadores externos, precisamos ser esse elemento de divulgação, de ratificação, de consolidação de cada um desses elementos conquistados, a partir daqueles que derramaram seu sangue, a partir daqueles que deram a vida, sem nenhuma prerrogativa, em busca deste momento aqui agora.

Olhem onde estamos: dentro da Assembleia Legislativa. Em algumas oportunidades temos estado aqui para fazer uso da palavra e dizer do nosso valor que há muito foi negado. Então parabenizo, mais uma vez, a deputada Fátima Nunes, o meu irmão Ailton Ferreira, saudando de novo toda a Mesa. Que possamos logo, logo, ter outros dias a comemorar com mais conquistas efetivas e práticas para toda a comunidade e as nações africanas que, vindas para o Brasil, se chamam afrodescendentes.

Um abraço, parabéns e até a próxima! (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada.

Com certeza, cada palavra que a gente ouve aqui dos representantes dos povos de matriz africana e das nações do candomblé deixa para nós uma responsabilidade, um compromisso. Porque não basta só falar nesta sala do Plenário, precisamos falar na rua, precisamos falar na escola, precisamos falar no comércio, onde estão as pessoas que entram e saem, sobem e descem no metrô, e, às vezes, não se dão conta dessa riqueza e, também, das divergências e das intolerâncias que vivemos e sofremos.

Então é uma sessão que deixa também muitas tarefas para nós. Por isso que as pessoas falam rápido, para dar conta do tempo, mas a gente sabe que está embutida em cada palavra, em cada mensagem, um compromisso de vida e de ação. Por isso, muito obrigada, mais uma vez, a todos e a todas.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Concedo agora a palavra à Mameto Kamurici, Maria Lucia Santana Neves. (Palmas)

A Sr.^a MARIA LUCIA SANTANA NEVES (Mameto Kamurici): Boa tarde a todos.

Agô, banda gira, licença. Quero saudar todos da Mesa, todas as pessoas religiosas, todas as nações. Hoje é um dia mais que importante para todas as nações, para todos os povos, para todas as pessoas que entendem como, literalmente, este país foi construído.

Nós, povo negro, nós, povo de santo, nós, povo que viemos trazidos acorrentados em navios, chegamos aqui e conseguimos até o dia de hoje existir e resistir. Porque é só por isso que nós estamos aqui, por conta de tudo que nós passamos e ainda continuamos passando. Ainda está muito longe de a gente conseguir conquistar a plenitude, mas é muito importante entender que estamos no caminho. Quando se tem um dia como o de hoje, quando se tem pessoas, quando se tem deputados, quando se tem secretários que estão imbuídos em lutar juntos conosco, isso é uma vitória muito grande, tem uma importância muito grande.

Por isso eu quero pedir agô, banda gira a toda a ancestralidade da minha casa, da minha existência e de todas as pessoas que estão aqui. Pedir também aos meus antepassados que vieram nessa condição, mas que também nos deram essa força de continuar lutando, de continuar acreditando. O candomblé é uma religião que acabou se constituindo ou nascendo justamente para que a gente conseguisse sobreviver. Porque a gente não tem referência de onde, de que parte nós fomos tirados. Nós sabemos, sim, pela tez, pela história oral, contada de um para o outro, não a história escrita, porque, pela história escrita é pior ainda, a gente não consegue chegar a lugar nenhum.

Todo ser humano quer saber de onde ele veio, quem ele é, senão ele enlouquece, ele não consegue. E nós... eu sou, assim, muito, muito feliz por ter nascido de um povo que conseguiu resistir a tudo isso e continuar vivendo e sobrevivendo. Isso é uma façanha que talvez outros povos não conseguissem. Nós conseguimos sobreviver; nós conseguimos nos unir; nós conseguimos criar várias nações; nós conseguimos continuar com a nossa cultura, com a nossa música, com a nossa indumentária, com a nossa culinária, com o nosso respeito. Porque a primeira coisa que nós, povo banto, os primeiros povos a chegarem aqui, fizemos foi pedir licença aos povos originários, pedir licença aos verdadeiros donos desta terra, onde nós, povo banto, até o dia de hoje, cultuamos o índio, o caboclo, essa energia que também nos ajudou a sobreviver através da erva, através da folha e através...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) dos caminhos, para poder fugir e se esconder no mato.

Hoje é um dia de celebrar, é um dia de agradecer, é um dia de a gente também prestar atenção ao que diz essa lei ao pé da letra, para que a gente consiga entender a responsabilidade nossa e exigir também a responsabilidade de todos em relação ao que é feito, ao que foi feito e ao que precisa ser feito para o nosso povo.

O Afro Bankoma é do Terreiro São Jorge Filho da Gomeia e cantou uma música que diz: “*O povo de candomblé quando se junta/Uma milonga gostosa me faz ouvir...*” Essinquices palavra “milonga” quer dizer mistura, porque as nações se misturam e adentram uma na outra. Os nossos antepassados tiveram que um contar a história para o outro e, por isso que nós sobrevivemos, através da oralidade, através da nossa força, através da necessidade de sobrevivência.

Agradecer a todos os deputados, agradecer pelo dia de hoje, agradecer ao presidente Lula por sancionar essa lei e agradecer a todos que nos antecederam e a todos os inquices.

Hoje é dia de Gongobira, dia de Oxóssi, dia de Mutalambô, a energia da caça, a energia que vai caçar. Não é o caçador predador, é o caçador que vai buscar o alimento para o seu povo, seja ele físico, seja ele espiritual. E é em nome desse caçador, em nome da energia maior de fundação do Terreiro São Jorge Filho da Gomeia que eu agradeço e peço que ele continue buscando, continue caçando. Se não conseguir hoje, pouse seu arco e flecha, mas não desista e vá novamente buscar.

(Procede-se à saudação religiosa.)

No dia de hoje, Kitembo nos dará tempo de ver essa nação verdadeiramente, reconhecer, conhecer e respeitar o que nós, povo negro, povo de santo, povo de candomblé, fazemos, que é cuidar da natureza, dos inquices, dos orixás e cuidar também da natureza mais complexa, que é a natureza humana.

Obrigada. Gunzo, gunzo, gunzo! (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Foi maravilhosa. Muito obrigada. Uma fala muito boa, muito forte.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Eu convido agora a Dr.^a Letícia de Almeida Peçanha, que neste ato representa a defensora pública-geral do estado, a Dr.^a Firmiane Venâncio.

A Sr.^a LETÍCIA DE ALMEIDA PEÇANHA: Bem, boa tarde a todas as pessoas presentes. Eu peço licença também à ancestralidade, não tem como não pensar, neste momento, na minha avó, D. Naná, da Capelinha de São Caetano. Se não fosse ela eu não estaria aqui, então, onde ela estiver, eu espero estar honrando esse legado que ela deixou para mim.

Meu nome é Letícia Peçanha, eu sou defensora pública, estou coordenadora do Núcleo de Equidade Racial da Defensoria Pública do Estado da Bahia e represento hoje a nossa defensora pública-geral, Dr.^a Firmiane Venâncio.

Eu tenho muito orgulho de ser candomblecista. Eu sou dofona de Ogum, sou filha de mãe Meninazinha de Oxum, neta de Iyá Davina de Omulu e bisneta de pai Procópio de Ogunjá.

Nós, povos de terreiro, temos muitas datas para tratar dos nossos desafios. Essa data, no entanto, eu entendo que é uma data para a gente celebrar. A gente fala de tanta dor, de tanto racismo, de tanto sofrimento, mas este é um momento de positividade, de reafirmar à gente a nossa existência aqui.

Esta é a celebração de um povo que protege a natureza em tempo de tanta destruição. É a celebração de um povo que sabe acolher. É um povo diferente! A gente vê tanta exclusão, e é um povo que não se preocupa, não quer saber se um filho de santo tem mais dinheiro que o outro, se um filho é branco, se um filho é preto, se um filho é LGBT. Ele vai ser acolhido da mesma forma porque orixá é isso. Orixá é o que vê a nossa essência, ele não está preocupado com o que nós seres humanos, às vezes, observamos.

Então, a minha fala vai ser breve, porque eu quero muito ouvir todas as pessoas mais velhas aqui presentes. Apesar de todo o racismo religioso, eu tenho fé num futuro em que nós tenhamos muito mais datas para celebrar do que para tratar do racismo religioso e de todas as dores que a gente enfrenta.

Eu queria dizer aqui, professor Vilson, que a sua fala me tocou muito, porque minha mãe Meninazinha ficou décadas lutando, no Rio de Janeiro, para que obras que foram retiradas de terreiros e foram levadas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro para um museu da polícia e estavam sob o nome de uma coleção chamada magia negra... Elas foram recuperadas a partir de uma campanha chamada Liberte Nosso Sagrado.

Eu tenho muita honra de fazer parte dessa família e espero estar presente no dia em que formos homenagear mãe Júlia. Que isso aconteça.

Obrigada. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada.
(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Agora, nós vamos ouvir a palavra do Sr. Nelson Gaspar, chefe de gabinete, que neste ato representa o secretário de Segurança Pública, Marcelo Werner.

Enquanto ele chega lá na tribuna, eu quero lembrar aqui que Wellington Pacífico é neto de mãe Margarete.

Orador não identificado: Bernadete. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): De mãe Bernadete. Wellington Pacífico é neto de mãe Bernadete. (Palmas)

O Sr. Wellington Pacífico (fora do microfone): Presente!

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Presente!

Registrar também a presença de Dr.^a Maíra Vida, da Comissão Especial de Combate à Intolerância Religiosa da OAB-BA. Ela está aqui conosco. Muito obrigada. (Palmas)

O Sr. NELSON GASPAR: Boa tarde a todos e a todas.

Faço uma saudação especial à deputada Fátima Nunes e a todas as autoridades religiosas aqui presentes. Faço um cumprimento especial ao meu amigo, professor Ailton, que fez a menção da minha presença aqui representando o secretário Werner, que está em um evento com o governador do estado.

Como representante da Secretaria da Segurança Pública, estando aqui para a gente comemorar uma iniciativa legislativa sancionada pelo nosso presidente Lula e estando em uma casa de leis, eu acho que seria pertinente a gente falar sobre algumas legislações que têm a ver com a nossa temática.

Vamos começar pela Lei Áurea. Para quem já teve a curiosidade de jogar no Google, ela tem apenas dois artigos, um artigo que aboliu a escravatura no Brasil, depois de 350 anos, e o segundo artigo que simplesmente diz que essa lei entra em vigor na data da sua publicação.

Então, depois de 350 anos, o Brasil foi o país das américas que por último cancelou, impediu, a escravidão e não regulou como o povo negro seria tratado, indenizado, ao longo de tantos anos de exploração. Por isso, como o professor Vilson falou, nós tivemos legislações e perseguições em relação ao candomblé. Por isso nós tivemos normas que proibiam a capoeira e normas que proibiam a vadiagem.

Ou seja, os negros que ficaram sem emprego, na verdade não era emprego, sem uma proteção, pois durante a escravidão tinham ao menos alguns direitos mínimos, como por exemplo, a obrigação de alimentação e de abrigo dentro daquelas condições terríveis. Esses negros, que depois ficaram sem qualquer tipo de apoio, foram perseguidos por leis como a lei da vadiagem.

A polícia que já foi tão criticada aqui por conta dessas relações de poder, hoje é uma polícia que tem uma Coercid, uma coordenação da Polícia Civil que trata da repressão a crimes de intolerância religiosa. A nossa secretaria, por meio do governo do estado, tem projeto de criação da delegacia de repressão a Crimes de intolerância. Nós temos uma iniciativa da Polícia Militar, idealizada pelo major Silvio Rosário e pelo major Jalba da Ronda Omnira. A gente vê que essas relações de poder vão mudando.

A gente tem, aqui, nesta Casa, uma representação desse quadro de Carlos Bastos. Eu joguei no Google para tentar achar uma interpretação artística do que está ali, mas eu não achei. Exceto por Mãe Menininha e por poucas representações negras na galeota, a gente nota que quem está lá em cima... Na verdade, a gente vê que o povo negro está ali na base, inclusive tem um negro segurando um barco. Foi a minha interpretação. Então, são questões que a gente precisa observar.

Então, a gente precisa de novas relações de poder; a gente precisa de ações afirmativas. É por isso que a universidade tem mudado. Eu sou aluno da pós-graduação da Ufba e a gente vê que hoje é uma outra universidade. O professor Vilson, mais uma vez o citando, deve saber disso. É assim que a gente vai avançar e ter, realmente, o que comemorar.

A Bahia é um estado que representa muito bem as matrizes africanas. É por isso que a nossa cultura, a nossa identidade e o nosso jeito de ser é diferente, é especial. É justamente por esse conjunto de contribuições que, hoje, a gente celebra e a gente comemora.

Que no ano que vem a gente possa estar novamente, aqui, nesta Casa, saudando essa data especial.

Muito obrigado. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada pela sua contribuição.
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Nós vamos chamar Christovao, que quer cantar uma música. (Palmas)

Enquanto ele chega lá, a gente vai registrar mais algumas pessoas importantes que estão aqui conosco. As baianas: Valdeci Gonzaga; Lavínia Macêdo, ekedi de Oxossi do Onzo Gongobira Dandalunda D'Unzambe; o Sr. Nilson Tizumba, gestor ambiental; a Sr.^a Maíra Vida, representante da Comissão Especial de Combate à Intolerância Religiosa, da OAB-BA, representando a Dr.^a Daniela Borges, já registrei essa doutora; o Sr. Antônio Marcos, diretor de projetos da Mesa de Ogãs; o Sr. Antonio Jose de Jesus, Tom Zé, representante da Nação de Consciência Ancestral (NCA); o Sr. Danilo Uzêda, coordenador de Ações para Povos Originários e Comunidades Tradicionais da Companhia Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

Christovao vai cantar a música? Está com microfone na mão?

O Sr. Christovao dos Anjos: Sim.

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Após a música, nós teremos...

O Sr. Christovao dos Anjos: Para não perder...

Deputada, boa tarde!

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Boa tarde.

O Sr. Christovao dos Anjos: Boa tarde aos membros da Mesa.

Para não perder o fio da meada, acompanharei pelo celular, mas eu tenho a música na memória. É porque às vezes a pessoa vacila. É um hino em homenagem a Zumbi dos Palmares.

(Procede-se à apresentação musical.)

O Sr. Christovao dos Anjos: Viva mãe Bernadete, viva Marielle Franco, viva a todos os negros e a todas as negras que tombaram na luta pela igualdade, pela justiça e pela liberdade! (Palmas)

(Procede-se à apresentação musical.)

O Sr. Christovao dos Anjos: Agora, encerrando essa pequena apresentação, em memória ao meu pai Guilherme Nunes dos Anjos (*in memorian*), que se encontra na graça e na misericórdia de Deus, saúdo esta Casa, a deputada Fátima, minha irmã, e a todos os povos negros e negras que lutam por terra, por liberdade e por justiça. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, Christovao. Eu lembro que outro dia, na tribuna da Casa, eu disse: “Não é fácil ser preta, ser pobre, ser da luta e estar aqui no mandato.”

Por eu ser pobre, ninguém reclamou. Por eu ser mulher, mais ou menos. Mas por eu ser preta, foi uma reclamação danada da mídia. Eu tive de trazer a foto de meu pai, o negão Guilherme, que se casou com minha mãe Maria, que era uma branca. Nós nascemos assim, com essa cor miscigenada. Às vezes, a cor da pele é clara, mas o sentimento é de luta, de amor e de busca constante por direitos. É esse o meu jeito de ser. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Para concluir esta nossa sessão, quero passar a palavra, com muita alegria, a essa companheira, camarada, caminheira de jornada, a nossa querida secretária Ângela Guimarães. (Palmas)

Vocês sabem que eu sempre fico emocionada quando conduzo as sessões especiais. Fico remoendo no meu juízo: Poxa, como seria bom – não é, deputada Olívia? – se pelo menos um tema dos tantos que nós tratamos, aqui, nas sessões especiais fosse tratado na presença e com a participação de todos os nossos colegas. A gente precisa transformar essas mentes e esses corações. A gente sabe que sozinho e isolado ninguém é capaz disso.

Portanto, um dia a gente vai trazer um projeto de lei para alterar o estatuto e permitir que nas sessões normais pelo menos um dos guerreiros da luta social, da busca por direitos, possa ocupar essa tribuna e falar para todos os 63 deputados desta Casa.

Muito obrigada. Desculpa.

Com a palavra Ângela Guimarães, a nossa secretária.

A Sr.^a ÂNGELA GUIMARÃES: Boa tarde a todas as pessoas presentes.

Eu quero pedir a licença e a bênção da nossa ancestralidade, de todas as minhas mais velhas, mais velhos, mais novos, mais novas.

Quero saudar toda a Mesa; a proponente desta sessão, a deputada Fátima Nunes, líder do PT, ex-presidenta da Comissão da Igualdade; a primeira mulher preta, eleita para esta Casa, a nossa deputada estadual Olívia Santana (palmas); o nosso sempre deputado Bira Corôa, que também foi presidente da Comissão de Promoção da Igualdade, sempre promovendo essas sessões, trazendo a nossa agenda e a nossa pauta para esta Casa.

Quero saudar o meu querido irmão e ogã Ailton Ferreira (palmas), integrante do Conselho Inter-religioso da Bahia, coproponente desta sessão. Quero saudar todas as autoridades religiosas que integram a Mesa, como Mameto Kamurici, representante do Terreiro São Jorge Filho da Gomeia; ialorixá Sueli Melo; babá Vilson Caetano; a mãe Diana de Oxum; o ogã Elias Conceição; o ogã Marcelo Santos; a mãe Mônica Barbosa; e, também, o padre Lázaro.

Nas pessoas deles e delas, saúdo todas as autoridades religiosas, civis e políticas (palmas), porque a gente está tratando de uma data de visibilidade de uma luta política, uma luta histórica, uma luta ancestral pelo respeito, pela valorização, pela visibilidade e pela possibilidade de sermos ouvidos e ouvidas.

Deputada Fátima, nós queríamos, sim, que o conjunto dos 63 deputados e deputadas desta Casa pudesse estar aqui em um momento de escuta sobre a importância desta sessão especial.

Eu quero saudar o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. Quero falar da importância dessa data ao se conjugar também com o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, porque a gente está falando de um mesmo propósito, qual seja, da superação de uma estrutura social, econômica e de poder muito poderosa na nossa sociedade brasileira, mas que, em todo o mundo, atuou inferiorizando, discriminando e estereotipando os grupos humanos não brancos, e produzindo não só o escravismo colonial, não só o racismo, mas atualizando esse racismo nas suas diversas formas de manifestação, fazendo com que a gente chegasse ao século XXI, mesmo com todos os avanços que nós contabilizamos.

E a celebração desta data é um desses avanços ainda com um abismo tão profundo que separa as pessoas negras dos direitos que lhe são, constitucionalmente, assegurados.

A gente, de certa forma, não gostaria de ter, nessas datas, Mameto Kamurici, a oportunidade de ser mais um instrumento de denúncia do racismo e da intolerância religiosa. A gente poderia estar aqui para celebrar a magnitude do legado civilizatório e da contribuição dos povos africanos. Mas, infelizmente, essa ainda não é uma realidade, não é?

O fato desta Casa ter sido pioneira na discussão de um Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa é uma prova viva do quanto o nosso estado ainda precisa, melhor, o Estado brasileiro, como um todo, ainda precisa assumir a sua responsabilidade com uma agenda de reparação, com uma agenda de promoção de direitos e com uma postura ativa no combate ao racismo, à intolerância e ao racismo religioso, porque, infelizmente, isso tem custado vidas aqui, no estado da Bahia.

Eu trago a saudação, o abraço e a palavra do governador Jerônimo Rodrigues. Ele não está aqui, nesta celebração, porque, concomitantemente, no dia de hoje, também há uma outra celebração acontecendo no estado, uma outra ação, uma outra agenda, contando com a presença de uma ministra do governo do presidente Lula.

Mas ele, o governador, traz a palavra dele de quão importante foi a retomada democrática do nosso país nas eleições de 2022 para que não apenas esta data pudesse ser aprovada e sancionada, mas que o conjunto de ações que derivam do real comprometimento do Estado brasileiro, que já é signatário de resoluções da ONU, através da Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, assim como as resoluções da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, a recriação do Ministério da Igualdade Racial e a aprovação de um conjunto de políticas e programas que venham a garantir a preservação da influência dos povos africanos no Brasil, mas, também, o devido enfrentamento ao racismo e todas as suas formas de manifestação.

Na Bahia, a secretaria que eu aqui represento, a Sepromi, é fruto das conquistas do povo negro organizado, dos povos de terreiro, das religiões de matriz africana, das nações do candomblé, da umbanda, do movimento antirracismo e de todas as suas formas de expressão.

Também há o Estatuto de Igualdade Racial, já mencionado anteriormente, e todas as políticas derivadas desse estatuto, como o nosso Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Nelson Mandela. Esse é um equipamento público, único no país, que conta com uma equipe multidisciplinar destinado a receber e a acompanhar as denúncias de racismo e de intolerância religiosa.

Há a Coordenação Especializada de Repressão aos Crimes de Intolerância e Discriminação (Coercid), no âmbito da Polícia Civil, uma coordenação especializada em acompanhar as denúncias de racismo nas delegacias de todo estado. Temos a recém-criada, major Silvio Rosário, Ronda Omnira, Ronda de Defesa à Liberdade Religiosa Omnira.

E a gente tem contabilizado e acompanhado, infelizmente, um crescimento exponencial das situações de racismo e de intolerância religiosa em todo o nosso estado, acompanhando, aí, a onda de intolerância propagada por um governo fascista que foi, devidamente, interrompido pela luta do povo brasileiro em 2022. Mas as consequências disso ainda configuram na nossa realidade.

Deputado Marcelino Galo, há, ainda, a nossa batalha pela criação da primeira Delegacia Especializada de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa, aqui, no estado. Dr.^a Letícia, há o papel da rede de combate ao racismo e contra a intolerância religiosa e o papel do Conselho Inter-religioso.

Todos esses são instrumentos necessários para a efetivação dessas leis, para assegurar direitos, para que a gente consagre, Dr.^a Maíra Vida, o princípio do exercício da liberdade de crença, sem nenhuma forma de violação, sem nenhum obstáculo que, infelizmente, ainda não é a realidade.

Então, para concluir, eu quero saudar e parabenizar a deputada Fátima pela ocasião desta celebração. Esperamos que esta data seja incorporada ao calendário desta Casa, que ela enseje também a recriação da Comissão de Promoção da Igualdade (palmas), porque é impossível a gente imaginar que nós, população negra, maioria deste estado, que contamos com um estado que foi o pioneiro na criação de uma secretaria, na criação da Ronda Omnira, na criação da Coercid, na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, estejamos sem interlocução permanente para as nossas pautas. Existe ainda um conjunto de legislações que nós precisamos aprovar e avançar na efetivação de outros instrumentos aprovados por essa causa.

Então eu quero encerrar parabenizando a oportunidade do registro da realização desta sessão, batalhando pela calendarização da mesma para que outros deputados e deputadas sejam convocados a uma postura antirracista cotidiana.

O compromisso com essa pauta, gente, ele precisa ser cotidiano, ele precisa ser no dia a dia, ele precisa ser na incorporação das demandas dessa agenda de

reparação de promoção de direitos dos povos de terreiro, das religiões de matriz africana, da cultura negra de forma cotidiana.

Finalizo defendendo que a gente consiga, nesta legislatura, a recriação da Comissão de Promoção da Igualdade para que esses temas sejam tratados de forma cotidiana e que a gente avance, inclusive, na implementação dos instrumentos já apontados no nosso Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa.

Muito obrigada. Um grande abraço!

Salve todos os povos de terreiro do nosso estado e do nosso Brasil! (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Muito obrigada, secretária Ângela Guimarães.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Agora, eu quero registrar, também, a presença do deputado Marcelino Galo.

Quero dizer que a Comissão de Promoção da Igualdade, na verdade, já faz parte da nossa estruturada ALBA. Ao presidente desta Casa, nós precisamos indicar os membros da referida comissão, o dia da sua instalação e, claro, dar sequência aos trabalhos. Isso é o que nós temos de fazer.

Nós tivemos, graças a Deus, a luta, a conjuntura, a efetivação e a posse da deputada Neusa Cadore e do deputado Marcelino Galo. Então, após a Semana Santa, vamos reunir os líderes das bancadas com o nosso líder do Governo, o deputado Rosemberg Pinto, para tratar desse tema.

Também, confesso a todos os deputados, sempre falo com eles, e revelo isso para a secretária Ângela, que eu, também, tenho ficado, assim, muito incomodada, porque, por um período, o deputado Bira Corôa foi o presidente; depois, por outro período, fui eu a presidenta, o meu mandato.

Eu contei muito, no período em que fui a presidenta da referida comissão, com as presenças dos movimentos sociais, do povo negro, do povo de terreiro, com os deputados também que incorporam esta luta para fazermos parcerias e realizar eventos importantes, debates importantes. A gente sabe que tem de fazer a regulamentação de alguns itens do estatuto, inclusive, do item que assegura o direito às cotas, porque tinha um prazo, tinha carência.

Então a gente precisa, realmente, tocar essa pauta para frente. Mas eu confio que, em abril, agora, nós vamos dar uma rearrumada, aqui, e vamos conseguir levar a instalação dessa comissão à frente. (Palmas)

No mais, agradeço a todos e a todas que dedicaram esta tarde para estar conosco ao nosso lado. Agradeço ao nosso querido padre Lázaro. Nós fizemos uma foto muito bonita, que eu sei que vai estar nas páginas sociais, para revelar para muitas pessoas o quanto é importante as igrejas de outras denominações, de outras origens, como a igreja católica e outras igrejas evangélicas, compreenderem que nós, todos e todas, somos seres humanos. E os seres humanos precisam viver com humanidade, respeito.

Como dizia a makota Valdina, eu a vi várias vezes nesta Casa e em outros atos. Ela dizia assim: “Eu não quero que me tolerem. Eu quero respeito.” (Palmas) Só a palavra tolerar já é uma coisa assim negativa, é como se você fosse obrigado a aceitar. E não é isso.

Nós precisamos conviver com as nossas atitudes de homens e de mulheres neste planeta Terra, onde o nosso superior nos criou, nos permite o ar para respirar. Por isso mesmo, a gente tem de conviver com respeito à cultura, à música, à arte e a tudo o que é bom, pois cada um sabe prover para viver com dignidade.

Temos, ainda, a nossa última apresentação. A gente sempre termina com o Hino Dois de Julho. Mas, hoje, a gente preferiu terminar com a apresentação de mais uma música da Banda Afro Bankoma. Em pé, a gente vai receber os componentes da banda.

(Procede-se à apresentação da banda.) (Palmas)

O Sr. Jander Neves: Mas hoje também é um dia especial, porque a nossa secretária Ângela está fazendo aniversário, então vamos cantar parabéns para ela.

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): Como não temos o bolo e o guaraná, me disseram que aí no saguão prepararam um abará, (palmas) então vamos lá.

E, em nome do Poder Legislativo, agradeço a presença das autoridades civis e militares, das Sr.^{as} Deputadas e dos Srs. Deputados, da imprensa e de todos os presentes na sessão. Muito obrigada.

Declaramos encerrada a presente sessão e vamos agora ao abará do aniversário. (Palmas)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.